Cléber Folgado

Combate aos agrotóxicos, uma questão de política

Patrícia da Veiga

Weber Félix

Cerca de 30% da hortifruticultura consumida em Goiás está contaminada por resíduos de agrotóxicos, apresentando teores abusivos de produtos que, ou não são considerados apropriados para os alimentos, ou sequer são reconhecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). No país, esse porcentual passa de 70%. Isso é o que indica o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), que, desde 2001, avalia o quanto a população tem sido afetada pela aplicação de veneno nas lavouras (veja o último relatório, com data de 2010, em portal.anvisa.gov.br). A questão é de saúde pública e também política, defende Cléber Folgado, coordenador executivo da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (www.contraosagrotoxicos.org). Segundo ele, os riscos que os agrotóxicos oferecem à saúde e ao meio ambiente são eminentes e devem ser analisados como consequências do modelo de agricultura vigente no país. "É preciso denunciar o agronegócio e anunciar a agroecologia", defende. *Grosso modo*, poder-se-ia dizer que a agroecologia sugere produzir alimentos em bases sustentáveis, valorizando os saberes locais e sem (ou com o mínimo de) interferências industriais em seu processo. Atualmente, os movimentos sociais do campo vêm falando menos diretamente em reforma agrária e com mais veemência em agroecologia, como se aquela fosse uma consequência dessa. Cléber esteve em Goiânia no mês de junho, durante a Agro Centro-Oeste Familiar, lançando oficialmente as atividades da campanha no estado, e falou com o **Jornal UFG** sobre os desafios de se travarem debates críticos a respeito do tema. Confira.

Quais os argumentos das entidades envolvidas na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida para convencer as pessoas sobre a gravidade do problema?

Os argumentos partem de dois objetivos da campanha: fazer a denúncia do agronegócio e o anúncio da agroecologia. No caso da denúncia, buscamos desmistificar o discurso hegemônico de que o agronegócio é o único modelo possível de produção de alimentos com qualidade e que garante a entrada de divisas no Brasil. O agronegócio não produz alimentos, produz *commodities*, ou seja, recursos naturais para exportação. E boa parte desses recursos naturais (cerca de 1/3 das exportações agropecuárias) vem, na verdade, da pequena agricultura. Apontamos também que o agronegócio depende quase que inteiramente do Estado para garantir sua produção. Para cada R$ 150 bilhões produzidos, o Estado financia R$ 110 bilhões, sob a forma de crédito. Dessa forma, a médio prazo, esse modelo não se mostra viável do ponto de vista econômico e ambiental. Aliás, ambientalmente falando, a saúde é uma de nossas maiores preocupações. Temos muitos problemas de saúde relacionados com o uso indiscriminado e abusivo de agrotóxicos, ainda que de forma indireta, como perda de fertilidade, diversas formas de câncer, má formação de fetos, entre outras sequelas.

Qual seria a alternativa para esse cenário?

Apontamos a agroecologia por ser viável para a produção agrícola e para a produtividade, por respeitar o meio ambiente, e porque não é necessário dispor de um latifúndio para se fazer agroecologia, aspecto que reacende o debate sobre a necessidade de se fazer reforma agrária no Brasil, para gerar emprego, tanto no campo quanto na cidade.

Quais são os desafios enfrentados?

O principal é o de estabelecer um diálogo tranquilo e aberto com a sociedade. Estamos em uma luta simbólica e desigual com o agronegócio, que possui recursos, conta com o apoio de emissoras de TV e rádio, além de outras estratégias, como distribuir cartilhas nas escolas, destacando os "benefícios" do agronegócio. Outro desafio é envolver no debate tanto os camponeses quanto os trabalhadores da cidade, já que ambos são atingidos pelos efeitos nocivos do uso de agrotóxicos para a saúde e o meio ambiente. Para isso, temos comitês da campanha em 22 estados brasileiros, além de 50 organizações vinculadas, como as ONGs de cunho ambientalista, as camponesas, como a Via Campesina, instituições públicas, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Nacional do Câncer, sindicatos e outros. Mas queremos expandir a campanha. Nossa meta é alcançar todos os estados da Federação, além dos municípios, aumentar a quantidade de organizações vinculadas e ampliar a participação dos profissionais da Saúde. Conseguimos certo avanço por meio da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que aderiu à campanha, mas nos comitês ainda é pequena a quantidade de profissionais da área envolvidos.

Quais são e como estão sendo articuladas as bandeiras de luta definidas pela campanha para atuação prática?

As principais bandeiras de luta foram definidas por consenso. A primeira é pelo fim da pulverização aérea de agrotóxicos. Apesar de haver legislação específica definindo as formas de aplicação dos produtos, na prática a lei não é respeitada. É comum encontrarmos aviões pulverizadores passando próximos a cursos d'água e a populações ribeirinhas, sem respeitar as distâncias mínimas. Dados governamentais também revelam que apenas 30% do que é aplicado alcança a planta ou o inseto. O restante fica na terra ou no ar. A segunda é pelo fim das isenções fiscais dadas às empresas distribuidoras de agrotóxicos no Brasil. Há seis corporações que controlam o mercado mundial desses produtos, arrecadando algo em torno de 70% do que é vendido no mundo. No Brasil, onde se consome 20% da produção mundial de agrotóxicos, essas empresas arrecadam 85% do que é comercializado. E essas empresas são isentas de muitos impostos. O fato de que essas empresas vêm para o Brasil, destroem nosso meio ambiente, contaminam nossa terra, nosso ar, conseguem lucros enormes – só no ano passado foram US$ 8 bilhões acumulados – e no final estão isentas de pagar seus impostos não é uma incoerência? Afinal, qualquer brasileiro paga imposto para tudo. Já a terceira é pelo banimento imediato dos agrotóxicos que já foram banidos em outros países. Há uma lista enorme e somente 14 foram colocados em reavaliação pela Anvisa.

De modo geral, como tem sido a aceitação dessa campanha?

Depende muito do grupo. Os agricultores estão cientes da problemática, mas sempre perguntam "como fazer"? Criamos então oficinas para produção de biofertilizantes e desenvolvimento de técnicas da agroecologia de modo geral. As pessoas da cidade desejam saber como encontrar e identificar produtos alimentícios de qualidade, sem veneno. Para os trabalhadores da Saúde, o foco são os efeitos do uso de agrotóxicos. Mas, quando falamos para as pessoas que trabalham para o agronegócio, encontramos uma forte resistência. Elas argumentam que é "o agronegócio o responsável pela balança comercial", ou que "somente o agronegócio é produtivo". Ou então questionam: "E como vamos produzir comida"? Explicamos que o agronegócio não produz comida, pois 70% do que está na mesa da população vem dos camponeses. O curioso é que o espaço da universidade é o que apresenta maior resistência. Há uma ideia geral já consolidada e hegemônica, do ponto de vista ideológico, de que há somente um único modelo de produção possível. A verdade é que, se olharmos para o passado, veremos que na América Latina o modelo capitalista de agricultura tem pouco mais de 50 anos, enquanto a história da agricultura no mundo abrange um período de 10 a 12 mil anos. Então, se há somente um único modelo, como as pessoas sempre produziram alimentos?

A íntegra da entrevista está em: www.jornalufgonline.ufg.br